

# Governo tem como reagir

A cada dia chegam ao Palácio do Planalto e aos gabinetes da área econômica, informações pouco tranquilizadoras em relação ao comportamento da atividade produtiva nos meses de fevereiro e março. O quadro, segundo garantiu ao **CORREIO** um assessor do presidente Sarney, ainda não aponta para uma recessão, no sentido clássico de um crescimento negativo do PIB, mas já acendeu o sinal amarelo no Governo.

O ponto de vista oficial hoje, segundo o informante, é de que não se instaurou um processo recessivo, e este pode ser detectado. Uma vez isso ocorrendo, o Governo poderá acionar mecanismos para reanimar a produção. Se não houver resposta do setor privado, em termos de novos investimentos, o próprio governo entrará pesado, investindo em diferentes áreas da produção, preenchendo o vazio deixado pelo setor privado.

## SINTONIA FINA

De acordo com a explicação dos técnicos da Seplan, trata-se, tão-somente, de conduzir adequadamente a sintonia fina do processo de crescimento da economia. Saimos — diz um desses especialistas — de uma demanda acesa no final do ano passado, e tivemos de adotar medidas de restrição ao consumo em julho e em novembro de 1986.

Essas medidas — um choque fiscal mediante a pesada tributação de impostos indiretos — começaram a produzir agora os efeitos que delas se esperava. Interessa ao governo — diz ele — que a demanda se ajuste a

um patamar mais baixo para melhor adequar-se às limitações da capacidade produtiva da economia, jungida às restrições de poupança tanto interna como externa.

A questão toda é detectar o momento exato em que o processo de arrefecimento da demanda deve ser contido, para manter-se a estabilidade da produção ou reativá-la, se for o caso. Da capacidade que tiver o governo de alcançar esse momento e a partir dele agir no sentido de corrigir o rumo da economia, dependerá a resposta se haverá ou não um processo recessivo.

O importante, segundo a Seplan, é ter em mente que, se ocorrer a recessão, não será por um ato deliberado do governo. O próprio ministro do Planejamento, João Sayad, tem repetido que o objetivo central da administração econômica é manter o País em crescimento. Este ano, em virtude das restrições internas, o PIB deverá crescer entre três e quatro por cento, contrariando as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento — PND — mas a partir de 1988 o governo voltará a perseguir a meta de um PIB variando entre seis e sete por cento.

## DÍVIDA EXTERNA

Ao optar pelo modelo do ajuste interno com crescimento e sem recessão, a Nova República optou, simultânea e consequentemente, por uma negociação qualitativa da dívida externa que assegure o retorno do fluxo de poupança externa, sem a qual será impossível manter,

de forma sustentada, taxas de crescimento ao redor de sete por cento ao ano.

A decisão de suspender, unilateralmente, o pagamento dos juros aos bancos credores, embora tenha sido motivada pela situação real de uma dramática queda nas reservas cambiais, se ajusta perfeitamente à ideia da negociação qualitativa, que vem sendo pregada desde o início do governo Sarney e é descrita em detalhes no documento preparado pela Seplan e que antecedeu à elaboração do projeto do I PND da Nova República.

Consequentemente, o êxito do modelo do ajuste via crescimento e não-recessão, como ocorreu no período 1981/84, está na dependência do êxito da renegociação externa. Se o Brasil conseguir dobrar os bancos credores e obter um **fresh money** anual em torno de US\$ 4,0 bilhões, correspondente aos juros pagos anualmente aos bancos,

estará dispondo de uma *margem de poupança externa* que lhe permitirá financiar uma parcela do crescimento.

Contudo, se os credores endu-recerem a despeito da suspensão do pagamento dos juros e do congelamento dos créditos de curto prazo não renovados, e dessa posição de intransigência resultar um arremedo de negociação, *o tipo empurra-com-a-barriga*, toda a estratégia de crescimento estará comprometida, e o próprio Governo terá dificuldades para mobilizar poupança destinada a promover investimentos em substituição aos que deixarem de ser feitos pelo setor privado.